

Nota Técnica

Nº 177

Março de 2012

Governo Dilma executou o orçamento 2011 com freio puxado



Governo Dilma executou o orçamento 2011 com freio puxado

Em 2011, a execução do orçamento fiscal e da seguridade social evidenciou as respostas que o governo federal escolheu para enfrentar o cenário econômico mundial turbulento.

No ano passado, o governo “puxou o freio” da política fiscal para contrabalancear os movimentos do Banco Central no *front* da política monetária e sinalizar para o mercado financeiro a não-tolerância com a aceleração inflacionária verificada no primeiro semestre de 2011.

Ainda, os números da política fiscal em 2011 ajudam a interpretar prioridades e políticas preteridas no governo Dilma.

O lado da receita: evidências de uma tributação regressiva

Em 2011, o Orçamento Fiscal e da Seguridade, excluído a rolagem da dívida pública, atingiu um total de receitas de R\$ 1,22 trilhão.

Como se vê na tabela 1, as receitas correntes tiveram 83,9% de participação na receita líquida total enquanto as receitas de capital representaram 15,0%. O alto valor das receitas de capital de R\$ 237,7 bilhões deve-se ao fato de o setor público recorrer ao mercado financeiro, pagando juros altíssimos para financiar parte de suas funções.

Houve uma frustração de receitas de R\$ 60 bilhões em 2011 explicada pela menor arrecadação de receitas de capitais (R\$ 53,6 bilhões a menos), por sua vez, explicada por um volume menor de operações de crédito realizadas (leia-se endividamento)¹.

Tabela 1 - Receitas orçamentárias na LOA 2011

Categoria Econômica (Cod/Desc)	Receita Prevista	Receita Arrecadada Líquida	Varição	Participação em % da Arrecadação Líquida
	A	B	C = B-A	
1- RECEITAS CORRENTES	1.034.447.004.397	1.029.303.947.609	-5.143.056.788	83,9%
2- RECEITAS DE CAPITAL	237.704.785.275	184.042.505.888	-53.662.279.387	15,0%
7- RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTARIAS	15.349.428.277	13.527.941.175	-1.821.487.102	1,1%
8- RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTARIAS	0	23.325.342	23.325.342	0,0%
TOTAL	1.287.501.217.949	1.226.897.720.013	-60.603.497.936	100,0%

Fonte: SigaBrasí/Senado Federal
Elaboração: INESC

¹ Isso não significa que o estoque da dívida pública diminuiu da Dívida Mobiliária Interna do Tesouro Nacional atingiu R\$ 2,5 trilhões (ou 60,7% do PIB) em dezembro de 2011.

Além da necessidade de arrecadação adequada para financiar as políticas públicas e iniciativas que combatam as desigualdades de gênero e de raça/etnia, é preciso que o sistema tributário brasileiro também seja justo, considerando as diferentes capacidades de pagamento. Ou seja, os impostos, as contribuições e as taxas devem ser cobrados seguindo uma lógica redistributiva. Em outras palavras, o Estado precisa cobrar mais de quem pode pagar mais e, portanto, menos daquelas pessoas cuja renda é baixa.

No entanto, não é isso que ocorre no Brasil. Ao invés de concentrar a tributação principalmente em tributos diretos, cuja incidência se dá sobre a renda e o patrimônio, o Estado cobra um volume maior de tributos indiretos, isto é, que incidem sobre o consumo e que são mais facilmente repassados para o preço dos produtos, de modo que o ônus real recai sobre o consumidor independente de sua renda.

A tabela 2 traz a arrecadação administrada (*exclusivamente*) pela Receita Federal em 2011 reorganizada por base de incidência. O total atingido foi de R\$ 938,9 bilhões². Quando se analisa os recursos arrecadados pela Receita, percebe-se uma predominância de tributos indiretos. Isto é, a arrecadação sobre o *consumo* representou 45,8% dos tributos (R\$ 429,8 bilhões) enquanto a receita oriunda da *renda* foi equivalente a 41,5% (R\$ 389,7 bilhões). Já o ônus sobre o *patrimônio* foi de apenas 0,1% (R\$ 603 milhões).

Essa maior concentração de tributos sobre o consumo, a menor carga sobre a renda e a irrisória arrecadação sobre o patrimônio, num país de latifundiários, explicam a regressividade do sistema tributário brasileiro, em que a carga tributária cresce proporcionalmente à medida que a renda do contribuinte diminui.

Tabela 2 - Arrecadação administrada pela Receita Federal por base de incidência - 2011 (a preços correntes)

	R\$ milhões	% da participação
TOTAL	938.929,7	100,0%
1. Consumo	429.832,3	45,8%
Imposto de Importação	26.734,3	2,8%
IPI	46.917,9	5,0%
COFINS	158.078,6	16,8%
Pis/Pasep	41.844,1	4,5%
CIDE-Combustíveis	8.924,1	1,0%
CPMF	104,5	0,0%
IOF	31.807,2	3,4%
Contribuição Previdenciária das Empresas	115.421,7	12,3%
2. Renda	389.765,6	41,5%
Renda do Trabalho	172.618,6	18,4%
IR - Pessoa Física	21.973,4	2,3%
IRRF - Rendimentos do Trabalho	68.825,1	7,3%
Contribuição Previdenciária dos Trabalhadores	81.779,5	8,7%
CPMF	40,6	0,0%
Renda do Capital	162.181,5	17,3%
IR - Pessoa Jurídica	104.054,4	11,1%
CSLL	58.127,1	6,2%
Outras Rendas	54.965,4	5,9%
3. Patrimônio	603,0	0,1%
ITR	603,0	0,1%
4. Outras¹	118.728,8	12,6%

Fonte: STN, RFB, Siga Brasil/Sena do
Elaboração: INESC

Nota: (1) Inclui outros tributos administrados pela RFB e demais contribuições previdenciárias.

²Para compor as receitas orçamentárias, as receitas administradas pela Receita Federal devem ser acrescidas ainda das receitas intra-orçamentárias e das receitas de capital basicamente.

O lado das despesas: mais do mesmo ou pior?

Em termos reais, o desembolso do Orçamento Fiscal e Seguridade de 2011 retraiu em 0,6 % em relação a 2010. Enquanto os valores desembolsados em 2010 foram de R\$ 1,17 trilhão, a soma dos valores pagos e de restos a pagar chegou a R\$ 1,16 trilhão em 2011.

O corte orçamentário é resultado direto do contingenciamento de R\$ 50 bilhões e do superávit primário adotado no primeiro ano do governo Dilma. Em 2011, o superávit primário do Governo Central (Tesouro, Previdência e Banco Central) atingiu R\$ 93,5 bilhões frente a um superávit de R\$ 78,8 bilhões, apurado em 2010, registrando-se um aumento de R\$ 14,7 bilhões ou 18,7%³.

A retração foi pior do que parece ao se olhar separadamente certas políticas. A tabela 3 mostra que a função Segurança Pública teve uma redução no desembolso de 20,7% (R\$1,9 bilhão). O desembolso da função Urbanismo caiu 16,3 % (R\$ 615,8 milhões) e a função Transporte encolheu 2,9% (R\$ 577,4 milhões).

Tabela 3 - Desembolso (Pago + Restos a Pagar Pago) do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Governo Federal por Grupo de Natureza da Despesa (exceto refinanciamento da dívida pública)

Função	20 10	2011	Variação 2011/2010	
			N	%
ENCARGOS E SPECIAIS	476.319.994.281	450.391.946.201	-25.928.048.080	-5,4%
SEGURANCA PUBLICA	9.502.055.102	7.533.441.410	-1.968.613.692	-20,7%
ADMINISTRACAO	20.442.094.016	18.757.618.896	-1.684.475.121	-8,2%
JUDICIARIA	23.517.313.126	22.335.731.449	-1.181.581.677	-5,0%
URBANISMO	3.778.382.231	3.162.581.247	-615.800.984	-16,3%
TRANSPORTE	19.734.692.053	19.157.275.605	-577.416.448	-2,9%
GESTAO AMBIENTAL	4.219.649.402	3.643.126.510	-576.522.892	-13,7%
SANEAMENTO	1.734.281.164	1.173.493.359	-560.787.804	-32,3%
CIENCIA E TECNOLOGIA	6.741.809.349	6.314.848.553	-426.960.797	-6,3%
COMERCIO E SERVICOS	2.653.812.464	2.290.357.129	-363.455.335	-13,7%
DIREITOS DA CIDADANIA	1.796.184.086	1.438.091.930	-358.092.156	-19,9%
DEFESA NACIONAL	32.483.355.065	32.171.564.548	-311.790.517	-1,0%
ORGANIZACAO AGRARIA	3.782.010.807	3.521.981.478	-260.029.329	-6,9%
CULTURA	1.167.426.438	985.661.181	-181.765.257	-15,6%
ESSENCIAL A JUSTICA	5.730.538.043	5.607.398.493	-123.139.550	-2,1%
RELACOES EXTERIORES	1.997.568.119	1.937.959.114	-59.609.005	-3,0%
ENERGIA	673.584.132	625.981.617	-47.602.515	-7,1%
DESPORTO E LAZER	749.464.280	731.824.021	-17.640.259	-2,4%
HABITACAO	272.651.789	302.411.542	29.759.753	10,9%
LEGISLATIVA	5.851.787.667	5.975.581.203	123.793.536	2,1%
INDUSTRIA	1.707.270.616	1.848.692.385	141.421.769	8,3%
COMUNICACOES	695.897.533	1.052.317.257	356.419.724	51,2%
AGRICULTURA	12.057.093.841	14.113.820.050	2.056.726.210	17,1%
TRABALHO	33.789.066.144	36.290.932.803	2.501.866.660	7,4%
SAUDE	66.003.212.964	68.971.661.241	2.968.448.276	4,5%
ASSISTENCIA SOCIAL	41.629.684.781	45.149.429.505	3.519.744.724	8,5%
EDUCACAO	48.822.766.119	53.682.101.761	4.859.335.642	10,0%
PREVIDENCIA SOCIAL	348.340.780.338	359.590.917.476	11.250.137.138	3,2%
TOTAL	1.176.194.425.950	1.168.758.747.966	-7.435.677.984	-0,6%

Fonte: Siga Brasil/Senado Federal

Elaboração: INESC

Nota: Valores de 2010 atualizados pela média mensal do IPCA, base=2011

³ Ver Ministério da Fazenda. Resultado do Tesouro Nacional. Brasília, janeiro de 2012.

A função Saneamento⁴ retraiu em 32% (R\$ 560,7 milhões) e a função Direitos da Cidadania, que abriga grande parte do gasto das Secretarias de Direitos Humanos, Igualdade Racial e de Políticas para as Mulheres, teve um desembolso 19,9% menor (menos R\$ 358 milhões). Já a função Cultura, gastou 15,6% ou R\$ 181,7 menos do que em 2010.

A função Organização Agrária, onde estão programas importantes como aqueles voltados para a promoção da reforma agrária, também foi prejudicada pela política recessiva: retraiu 6,9%, desembolsando R\$ 260 milhões a menos em 2011 do que no ano anterior.

Os direitos civis, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais são interdependentes, e o Estado está obrigado a garanti-los ao mesmo tempo e com qualidade para todos.

Contudo, o que se constata é que poucas políticas tiveram acréscimos no seu desembolso. Na função Habitação⁵, houve crescimento de 10,9%; o dispêndio na Saúde saltou 4,5%; o desembolso foi 8,5% maior na Assistência Social; e 10% maior na Educação⁶.

A contração em 2011 fica evidente também pela ótica da natureza da despesa (GND). Na tabela 4, o investimento do governo federal recuou 12% em termos reais, o que equivale a R\$ 5,7 bilhões.

Tabela 4 - Desembolso (Pago + Restos a Pagar Pago) do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Governo Federal por Grupo de Natureza da Despesa (exceto refinanciamento da dívida pública)

GND	2010	2011	Variação 2011/2010	
			N	%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	618.628.969.469	664.853.504.002	46.224.534.533	7,5%
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	195.534.723.575	196.598.895.497	1.064.171.921	0,5%
AMORTIZACAO	149.180.199.402	97.613.793.961	-51.566.405.441	-34,6%
JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	130.273.912.820	131.063.489.875	789.577.055	0,6%
INVESTIMENTOS	47.646.872.779	41.930.425.656	-5.716.447.122	-12,0%
INVERSOES FINANCEIRAS	34.929.747.906	36.698.638.975	1.768.891.070	5,1%
TOTAL	1.176.194.425.950	1.168.758.747.966	-7.435.677.984	-0,6%

Fonte: Sig a Brasília Senado Federal

Elaboração: INESC

Nota: Valores de 2010 atualizados pelo média mensal do IPCA, base=2011

Não foram apenas os investimentos do Orçamento Fiscal que desaceleraram. Os investimentos das empresas estatais foram de R\$ 83,9 bilhões em 2010 e caíram para R\$ 82,4 bilhões em 2011⁷.

A política fiscal contracionista em 2011 foi uma decisão da Presidente e do núcleo econômico do governo com o objetivo de segurar a inflação medida pelo IPCA, que, até o primeiro semestre de 2011, acumulava alta de 3,87%.

⁴ Não fazem parte dos investimentos em saneamento no âmbito do Orçamento Fiscal e da Seguridade aqueles financiados pela Caixa Econômica Federal.

⁵ Lembrando que está sendo considerado só o pagamento no âmbito do orçamento do Fiscal.

⁶ O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) é uma transferência que faz parte da Função “Encargos Especiais”.

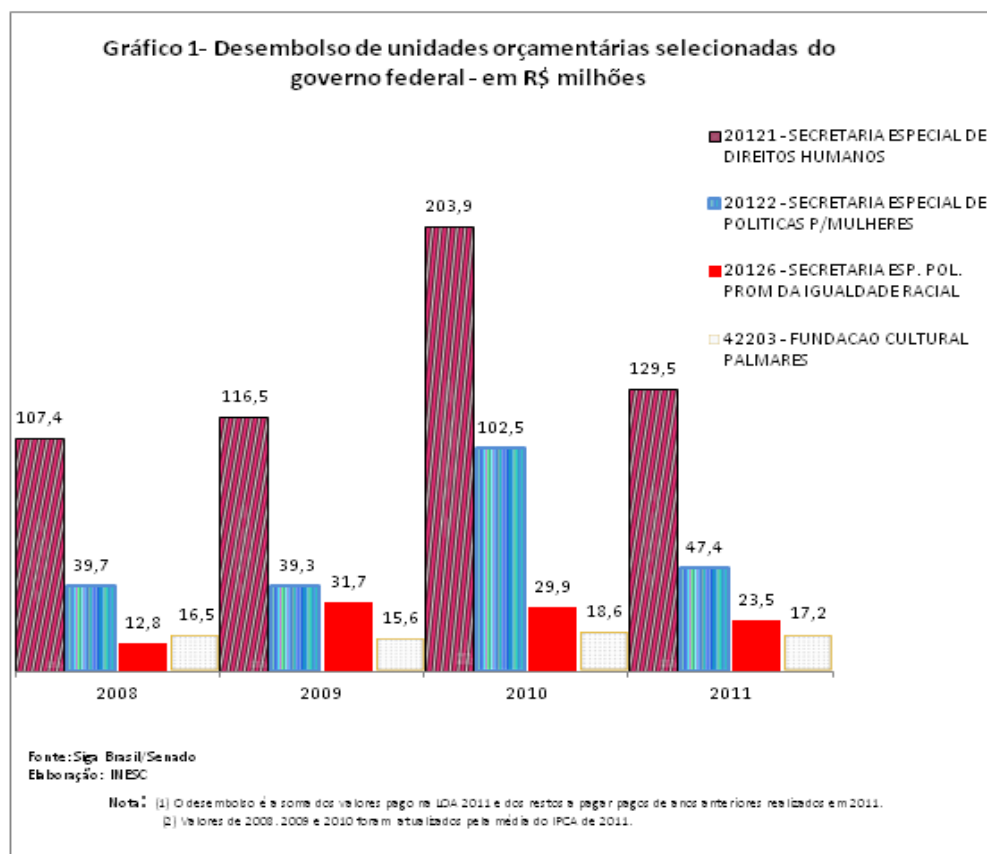
⁷ Disponível em: http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/dest/serie_historica_120223.pdf

Naquele momento, esse resultado parcial fez o governo Dilma colocar o pé no freio nas despesas fiscais. Na política monetária, o Conselho de Política Monetária (Copom) elevou a taxa Selic para 12,50% ao ano. O patamar altíssimo da SELIC em 2011 é a principal explicação para o gasto com juros ter crescido na direção contrária do investimento. O pagamento de juros da dívida cresceu 0,6%, um dispêndio total de R\$ 131,06 bilhões.

Essa postura do governo e a forte desaceleração da economia mundial fizeram o índice oficial de inflação, o IPCA, convergir para 6,5% no acumulado de janeiro a dezembro, exatamente a tolerância máxima fixada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Entretanto, o agravamento da crise econômica na Europa faria o Banco Central mudar abruptamente a escalada da SELIC já em agosto. O Copom reduziu a taxa de juros para 12,% ao ano. Mas já era tarde. O Produto Interno Bruto (PIB) iria crescer apenas 2,7% em 2011, após um aumento de 7,5% em 2010.

Em 2011, obviamente os cortes foram sentidos em diversas secretarias. Como pode ser observado no gráfico 1, em 2010, as secretarias de Direitos Humanos, de Políticas para as Mulheres e de Promoção da Igualdade Racial tiveram desembolsos respectivamente de R\$ 203,9 milhões, R\$ 102,5 milhões e R\$ 29,9 milhões. Já em 2011, todas essas secretarias executaram menos do que o ano anterior. Na mesma ordem, o desembolso foi de R\$ 129,5 milhões, R\$ 47,4 milhões e 23,3 milhões. É sempre importante explicitar que grande parte do valor aprovado na lei orçamentária para essas secretarias não é disponibilizado durante o ano devido ao contingenciamento.



Descendo ao nível dos programas, a baixa execução também pode ser demonstrada. A tabela 5 revela que, dos 296 programas que tinham crédito autorizado⁸ na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2010, 49 (16,55% do total) registraram valores pagos entre 0% a 15% do crédito.

Já na LOA de 2011, houve um salto do número de programas com desempenho muito aquém do esperado. Dos 296 programas com crédito autorizado, 61 deles (20,61% do total) não tiveram recursos pagos acima dos 15% previstos.

No grupo oposto dos programas com pagamentos acima dos 90%, somente 29 tiveram tal desempenho, o que vale para os dois últimos anos.

Tabela 5- Desempenho dos programas (pago/autorizado) na LOA 2010 e LOA 2011 do governo federal

% de execução (pago/autorizado)	2010			2011		
	Nº de programas	% sobre nº total de programas	% acumulado	Nº de programas	% sobre nº total de programas	% acumulado
0% a 15%	49	16,55%	16,55%	61	20,61%	20,61%
15,1% a 30%	41	13,85%	30,41%	34	11,49%	32,09%
30,1% a 45%	42	14,19%	44,59%	50	16,89%	48,99%
45,1% a 60%	52	17,57%	62,16%	43	14,53%	63,51%
60,1% a 75%	37	12,50%	74,66%	32	10,81%	74,32%
75,1% a 90 %	46	15,54%	90,20%	47	15,88%	90,20%
mais de 90%	29	9,80%	100,00%	29	9,80%	100,00%
TOTAL	296	100,0%		296	100%	

Fonte: Siga Brasil/Senado Federal

Elaboração: INESC

Nota: (1) Não inclui restos a pagar

É preciso levar em consideração que 2010 foi ano de eleição e o governo acelerou os gastos para mostrar resultados à população. Já em 2011, ocorreram trocas no comando de diversos Ministérios, o que geralmente influencia a execução de programas.

Em resumo, o ajuste fiscal praticado em 2011 teve impacto forte na execução das políticas do governo federal, principalmente aquelas percebidas como periféricas dentro da lógica do crescimento econômico.

Riscos em 2012

Em 2012, será intenso o debate sobre a desoneração da carga tributária sobre o consumo. Esta pauta está presente entre as preocupações do governo Dilma especialmente em razão da perda de competitividade da indústria nacional no mercado interno e externo. A indústria brasileira tem encolhido e as exportações se concentram, cada vez mais, em produtos primários, particularmente, minério e soja.

Há uma forte pressão, vocalizada na imprensa, para que o governo adote medidas de

⁸ Não necessariamente disponível

socorro à indústria. Contudo, o risco embutido para sociedade é o governo abrir mão de tributos que financiam justamente políticas sociais, como a saúde, a previdência, a assistência social e a educação. É inaceitável que a solução para a indústria penalize a maioria da população brasileira que depende dos serviços públicos e que tem o direito de acessá-los.

Por outro lado, o governo brasileiro não pode ser passivo à competição desleal de produtos baratos vindos principalmente da Ásia e ao “tsunami monetário” que vem dos Estados Unidos e da Europa¹. Nenhum governo, seja o anterior ou o atual, foi competente em apresentar uma saída para esta encruzilhada que ressuscitou o modelo primário-exportador que se pensava ter ficado no passado brasileiro.

Na última reunião do Copom, em março de 2012, a SELIC foi reduzida para 9,75% e houve uma sinalização de queda para um patamar “ligeiramente acima do mínimo histórico” de 8,75%. Contudo, essa taxa ainda é altíssima se comparada aos padrões internacionais. Nos EUA, o Federal Reserve (Fed, o banco central americano) manteve a taxa básica de juros entre zero e 0,25% ao ano.

Contudo, se a taxa de juros brasileira se estabilizar em 9,% ao ano, não será resolvido o “efeito imã” de atração de capital especulativo e o dispêndio com juros da dívida também continuará alto. Vale o alerta de que o estoque da Dívida Mobiliária Interna do Tesouro Nacional já atingiu R\$ 2,5 trilhões (ou 60,7% do PIB) em dezembro de 2011.

Como alertou o Ministro Mantega faz algum tempo, está em curso uma guerra cambial no mundo, em que Estados Nações buscam recuperar suas economias internas mediante o aumento de moedas em circulação para tornar suas exportações mais baratas. Os juros elevados brasileiro (leia-se SELIC) atraem esse dinheiro que circula no mundo e o resultado é o Real artificialmente valorizado (caro), a redução de exportações brasileiras e a destruição de empregos em território nacional. Inclusive, a SELIC alta estimula a própria indústria nacional a entrar na ciranda especulativa ao invés de produzir.

Em 2012, o temor de um novo deslize do PIB pode fazer o governo acelerar o investimento público. Por outro lado, o interesse em reduzir os juros deve segurar os gastos correntes.

Por sua vez, o contingenciamento em 2012 foi ainda maior do que o do ano passado: R\$ 55 bilhões. Não é exagero dizer que varias políticas de promoção e defesa de direitos continuarão ameaçadas de cortes em 2012. Por não serem prioridades, correm o risco de novamente serem sacrificadas.

Lucídio Bicalho
Assessor Político do INESC

⁹Essa expressão refere-se às políticas monetárias expansionistas. No caso dos EUA, o Federal Reserve tem comprado títulos públicos e, assim, despejado dólares no mercado. Já o Banco Central Europeu (BCE) iniciou política de empréstimos bilhões de euros para bancos privados.

EXPEDIENTE

INESC - Instituto de Estudos Socioeconômicos - End: SCS - Qd. 08, Bl B-50 - Salas 431/441 Ed. Venâncio 2000 - CEP: 70.333-970 - Brasília/DF - Brasil - Fone: (61) 3212 0200 - Fax: (61) 3212 0216 - E-mail: protocoloinesc@inesc.org.br - Site: www.inesc.org.br - Conselho Diretor: Eva Faleiros, Fernando Paulino, Jurema Werneck, Luiz Gonzaga, Márcia Sprandel - Colegiado de Gestão: Iara Pietricovsky e José Antônio Moroni - Coordenadora da Assessoria: Nathalie Beghin - Assessor(es): Alessandra Cardoso, Alexandre Ciconello, Ana Paula Felipe, Cleomar Manhas, Edélcio Vigna, Eliana Magalhães, Lucídio Barbosa, Márcia Acioli - Comunicação: Vértice / Gisliene Hesse - Diagramação: Ivone Melo.

ANEXO

Tabela 6- Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Governo Federal por Órgão - 2011 (exceto refinanciamento da dívida pública)

Órgão	Autorizado	Pago	% de Execução (Pago/Aut)	RP Pago	Desembolso total (Pago + RP)	% em relação ao desembolso total
MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL	296.428.683.124	281.243.888.392	94,9%	13.505.831.913	294.749.720.305	25,22%
ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIAO	308.518.448.096	235.070.383.699	76,2%	782.922.753	235.853.306.451	20,18%
TRANSFERENCIAS A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS	181.797.169.720	167.496.031.111	92,1%	6.899.258.960	174.395.290.071	14,92%
MINISTERIO DA SAUDE	80.873.978.125	70.101.574.689	86,7%	5.149.752.114	75.251.326.803	6,44%
MINISTERIO DA DEFESA	64.576.589.525	57.224.496.114	88,6%	4.396.108.339	61.620.604.453	5,27%
MINISTERIO DA EDUCACAO	68.388.140.257	53.551.493.297	78,3%	6.286.512.166	59.838.005.463	5,12%
MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO	55.738.243.295	53.308.332.356	95,6%	464.187.446	53.772.519.802	4,60%
MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME	46.311.314.202	45.177.098.214	97,6%	304.105.412	45.481.203.626	3,89%
OPERACOES OFICIAIS DE CREDITO	34.125.849.274	18.456.613.849	54,1%	5.559.512.924	24.016.126.773	2,05%
MINISTERIO DA FAZENDA	21.919.210.889	18.326.785.526	83,6%	770.802.822	19.097.588.348	1,63%
MINISTERIO DOS TRANSPORTES	22.321.856.817	10.353.591.783	46,4%	7.535.519.183	17.889.110.966	1,53%
JUSTICA DO TRABALHO	12.762.014.285	12.276.156.354	96,2%	303.132.003	12.579.288.357	1,08%
MINISTERIO DAS CIDADES	22.252.255.913	2.369.272.777	10,6%	9.773.678.689	12.142.951.466	1,04%
MINISTERIO DA JUSTICA	12.271.094.760	8.783.199.081	71,6%	867.452.905	9.650.651.986	0,83%
MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO	10.106.845.138	6.695.877.477	66,3%	1.374.898.211	8.070.775.688	0,69%
PRESIDENCIA DA REPUBLICA	8.123.731.206	5.769.716.842	71,0%	1.461.815.425	7.231.532.266	0,62%
JUSTICA FEDERAL	7.051.617.955	6.603.588.864	93,6%	300.262.813	6.903.851.677	0,59%
MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA	7.348.653.791	4.578.672.357	62,3%	1.339.912.349	5.918.584.706	0,51%
MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL	7.639.556.196	2.375.274.866	31,1%	2.187.999.825	4.563.274.691	0,39%
JUSTICA ELEITORAL	4.556.073.469	4.018.568.378	88,2%	501.944.463	4.520.512.841	0,39%
MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORCAMENTO E GESTAO	5.037.006.047	3.726.350.718	74,0%	383.298.426	4.109.649.144	0,35%
CAMARA DOS DEPUTADOS	4.227.184.594	3.712.098.025	87,8%	221.308.557	3.933.406.583	0,34%
MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO	3.894.978.505	3.438.072.107	88,3%	185.973.245	3.624.045.352	0,31%
MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO	4.811.194.438	2.496.148.151	51,9%	856.986.113	3.353.134.264	0,29%
SENADO FEDERAL	3.343.609.606	3.204.122.601	95,8%	106.655.942	3.310.778.543	0,28%
MINISTERIO DAS RELACOES EXTERIORES	2.520.589.665	2.155.615.828	85,5%	35.252.967	2.190.868.795	0,19%
MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE	3.703.330.787	2.049.169.870	55,3%	84.286.194	2.133.456.064	0,18%
MINISTERIO DAS COMUNICACOES	4.532.969.945	1.580.117.262	34,9%	377.101.623	1.957.218.885	0,17%
JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS	1.709.043.488	1.593.190.821	93,2%	45.532.358	1.638.723.179	0,14%
MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA	8.162.054.183	1.316.554.641	16,1%	179.800.490	1.496.355.131	0,13%
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO	1.354.248.218	1.279.827.181	94,5%	48.240.996	1.328.068.177	0,11%
MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO, INDUSTRIA E COMERCIO EXTERIOR	1.942.743.064	1.223.741.296	63,0%	81.500.794	1.305.242.089	0,11%
MINISTERIO DA CULTURA	2.168.483.220	759.486.891	35,0%	342.555.275	1.102.042.167	0,09%
MINISTERIO DO TURISMO	3.728.918.622	250.374.880	6,7%	676.939.623	927.314.503	0,08%
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA	954.018.003	850.533.353	89,2%	44.107.178	894.640.531	0,08%
MINISTERIO DO ESPORTE	2.815.895.925	314.043.064	11,2%	420.083.576	734.126.639	0,06%
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	504.017.061	406.785.031	80,7%	40.484.317	447.269.348	0,04%
JUSTICA MILITAR DA UNIAO	367.471.135	345.322.421	94,0%	7.741.728	353.064.150	0,03%
MINISTERIO DA PESCA E AQUICULTURA	559.749.826	108.093.267	19,3%	79.741.021	187.834.288	0,02%
CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA	172.686.966	81.348.521	47,1%	71.351.795	152.700.316	0,01%
CONSELHO NACIONAL DO MINISTERIO PUBLICO	88.356.450	30.235.656	34,2%	2.347.421	32.583.077	0,00%
RESERVA DE CONTINGENCIA	5.447.713.881	0	0,0%	0	0	0,00%
TOTAL	1.335.157.589.666	1.094.701.847.611	82,0%	74.056.900.356	1.168.758.747.966	100,0%

Fonte: Siga Brasil/Senado Federal

Elaboração: INESC